

## **A trajetória intelectual do Concílio Vaticano II e a memória da Igreja Cristã tardo-antiga<sup>1</sup>**

The intellectual trajectory of Vatican II and the memory of the Christian Church in late Antiquity

Mariana de Matos Ponte Raimundo<sup>2</sup>

marianamatospr@hotmail.com

**RESUMO:** Ainda que haja certa ambiguidade nos textos do Concílio Vaticano II (1962-1965), percebe-se, em linhas gerais, a tentativa dos padres conciliares de retomar a tradição construída pela Igreja Cristã na Antiguidade Tardia. Não por acaso o Concílio Vaticano II reafirmou pontos fundamentais da fé cristã, a exemplo dos primeiros concílios ecumênicos que os definiram. Desde o I Concílio de Niceia e no desenrolar dos concílios da Antiguidade Tardia, a Igreja Cristã, para garantir a legitimidade de suas definições e doutrina, apoiou-se na sucessão apostólica e na herança dos mártires. Buscar-se-á, portanto, contribuir para um debate acerca da trajetória intelectual do Concílio Vaticano II em consonância com as implicações políticas e relações de poder das reafirmações da tradição tardo-antiga.

**PALAVRAS-CHAVE:** Concílio Vaticano II. Concílio de Niceia. Antiguidade Tardia. Relações de poder.

**ABSTRACT:** even if there is ambiguity in the texts of the Second Vatican Council (1962-1965), one senses, in general terms, the attempt by the Council fathers to resume the tradition built by the Christian Church in Late Antiquity. Not by chance the Vatican II reaffirmed fundamental points of Christian faith, the example of the first ecumenical councils that have defined. Since the first Council of Niceia and the unwinding of the Councils of Late Antiquity, the Christian Church, to ensure the legitimacy of its definitions and doctrine, relied on apostolic succession and inheritance of the martyrs. Fetch will therefore contribute to a debate about the intellectual trajectory of Vatican II

---

<sup>1</sup> Texto referente a uma comunicação apresentada na 3ª Semana de Ciência da Religião da UFJF realizada entre os dias 6 e 9 de outubro de 2014.

<sup>2</sup> Mestra em Ciência da Religião pela Universidade Federal de Juiz de Fora (2013).

in line with the political implications and power relations of late-ancient tradition who.

**KEYWORDS:** Vatican Council II. Council of Niceia. Late Antiquity. Power relations.

## INTRODUÇÃO

Ao longo de séculos, a Igreja Católica muitas vezes viu-se imersa no mesmo e multifacetado problema: a afirmação de uma identidade diante da existência de grupos dissidentes. Antes mesmo de tornar-se a Igreja Católica, reivindicando para si o epíteto “universal”, a Igreja Cristã já se encontrava nesse enfrentamento.

As inúmeras transformações ocorridas ao longo da Antiguidade Tardia<sup>3</sup> modificaram o cenário do mundo romano e, posteriormente, ocidental. O estabelecimento da Igreja Cristã nesse período ocorre em consonância com essas transformações.

Diante de um Império cosmopolita, mas, que apresentava obstáculos ao desenvolvimento do cristianismo emergiu a necessidade de afirmação da identidade cristã ao mesmo tempo em consonância com a identidade romana, mas, também na diferenciação do ambiente pagão. É possível reconhecer ao longo da história cristã as tentativas de conciliação das diferentes correntes e o esforço principal de diferenciar os cristãos dos pagãos. Nesse âmbito, a passagem da diversidade de correntes cristãs à afirmação de uma identidade cristã conduziu à formação de um cristianismo institucionalizado, a Igreja Cristã, e à constituição da ortodoxia – entendida como a doutrina oficial da Igreja.

Ao longo desse período de inúmeras transformações destacam-se acontecimentos que consolidam, não apenas uma identidade cristã, mas também novas relações entre a Igreja e a sociedade. Os Concílios ecumênicos tardo-antigos são alguns desses acontecimentos, marcam transformações doutrinárias para a Igreja e consolidam a definição do que é ortodoxo e do que deve ser combatido como heresia.

---

<sup>3</sup> Tendo como ponto de partida os recentes estudos de Frigetto entende-se que o período situado entre os séculos II e VIII no mundo romano deve ser compreendido como uma época de passagem e transformações, denominado Antiguidade Tardia, com base nos trabalhos de Henri Marrou (1979), Peter Brown (1990) e Jacques Le Goff (2005). Nesse período de especificidades a religião cristã teve um papel de destaque como elemento integrante e motivador de transformações políticas, sociais e culturais. FRIGETTO, R. A “longa” Antiguidade Tardia: problemas e possibilidades de um conceito historiográfico. In: Pré-atas VII Semana de Estudos Medievais. Brasília: Programa de Estudos Medievais da Universidade de Brasília, 2009.

O conceito de identidade possui um caráter histórico, possuindo eficácia material e política, mesmo sendo o pertencimento ocorrido a nível imaginário e marcado por símbolos. Poder-se-ia, inclusive, afirmar que a identidade é contingente a condições históricas, sociais, culturais e políticas. Nesse sentido, a identidade também é construída historicamente por meio de relações práticas e do discurso. É um processo que nunca se completa e que se encontra em contínua transformação. O problema da identidade, nesse caso, está formulado a partir da ideia de descontinuidade.

Diversas redefinições da identidade cristã, iniciadas no século IV com o I Concílio de Niceia e que se estenderam por boa parte da Antiguidade Tardia foram importantes para a afirmação Igreja Cristã enquanto Igreja Católica. Para garantir a legitimidade de suas definições e doutrina, a Igreja apoiou-se na sucessão apostólica e na herança dos mártires. Assim, afirmou ser a legítima interpretadora da mensagem de Cristo, sucessora direta dos primeiros apóstolos e herdeira da fé proclamada pelos cristãos perseguidos dos primeiros séculos.

Ainda que haja certa ambiguidade nos textos do Concílio Vaticano II (1962-1965), percebe-se, em linhas gerais, a tentativa dos padres conciliares de retomar a tradição construída pela Igreja Cristã na Antiguidade Tardia. Não por acaso o Concílio Vaticano II reafirmou pontos fundamentais da fé cristã, a exemplo dos primeiros concílios ecumênicos que os definiram.

Hobsbawn (1984) já indicava que a tradição é inventada, criada e institucionalizada. Identificou, ainda, que a natureza da tradição é ritual e/ou simbólica e sua evocação visa promover continuidades entre o passado e o presente. Adaptações que visem a conservação de antigos costumes em condições novas ou o uso de antigos modelos para novos fins também compõem a invenção da tradição nos moldes propostos pelo autor. Assim, a reinterpretação da mensagem cristã para o mundo moderno almejada pelo Concílio Vaticano II, pode ser inserida num contexto de novos desafios para a Igreja Católica. Assim, Gopegui (2005, P. 15) afirma que “estava em jogo a própria auto-compreensão da Igreja em face da missão de anunciar a boa nova de Jesus ao mundo moderno”.

Assim, terá relevância nesta investigação apenas um dos vários temas do Concílio Vaticano II: a soberania da Escritura e da tradição, ambas em relação estrita com a história humana.

Como ponto de partida teórico deve-se considerar o livro organizado por François Hartog e Jacques Revel (2001) sobre os usos políticos do passado e, na mesma esteira o trabalho de Reinhart Koselleck (2006) e a recente obra organizada por Sérgio da Mata, Mateus Henrique de Faria Pereira, Helena Miranda Mollo e Flávia Varela (2012) que indicam os usos do passado – que nesta investigação tangem o discurso da Igreja na Antiguidade Tardia – como forma de estabelecer compreensões do mundo contemporâneo – especificamente o discurso produzido pelo Concílio Vaticano II. Assim, o que se propõe é uma reflexão do papel do passado nas afirmações de identidade do Concílio Vaticano II, já que se percebe a retomada de uma identidade e de uma tradição construídas e perpetuadas pelos textos dos Concílios Ecumênicos da Antiguidade Tardia.

De fato, a recorrência ao passado sempre esteve presente na história da Igreja ao tentar explicar sua missão ao mundo. Se por um lado o Concílio Vaticano II tem a intenção de conciliar a doutrina com os desafios da modernidade, por outro o faz pautada em uma tradição que lhe confere legitimidade, um passado que representa conservação e permanência. As formas indicadas por Hartog e Revel sobre a interpretação do passado ganham relevância, sendo: as narrativas de origem, de fundação, de legitimação e apologéticas. As quatro formas de narrativas do passado evidenciadas pelos autores operam de forma a relacionar determinado momento histórico ao imaginário sobre determinada época, modificando a forma como o discurso é recebido socialmente. É através do imaginário que as sociedades, instituições e grupos estabelecem seu passado, seu presente e futuro.

## CONCÍLIOS ECUMÊNICOS

*Concilium* era um termo usado no Império romano para designar uma assembleia de notáveis e delegados das cidades e províncias, tendo por fim

reconhecer a autoridade do Imperador.<sup>4</sup> Os representantes cristãos seguiram o modelo adaptando-o para caracterizar uma assembleia de bispos, cujo objetivo era deliberar e legislar sobre questões eclesiásticas. As primeiras assembleias de bispos remontam ao século III – em Antioquia, Cartago e Icônio. Mas, o uso do termo Concílio só foi oficializado quando Constantino convocou o primeiro Concílio Ecumênico, realizado na cidade de Niceia em 325.

De acordo com a **Catholic Encyclopedia**, os concílios são, portanto, assembleias, grandes reuniões amplas em que os participantes são majoritariamente bispos que possuem direito a voto e, em menor proporção clérigos e/ou leigos que não podem votar. Os concílios, geralmente, discutem temas de caráter teológico e/ou disciplinar e, como resultado obtêm a definição de normas, sentenças ou esclarecimentos doutrinários na forma de um cânone.

Entre o II e o III séculos o cristianismo vivenciou muitas experiências de cisões e embates entre as diferentes comunidades e seus líderes. Já nessa época deixava-se de lado a tradição oral para fixar textos que servissem de base para os cristãos. Por volta do ano 200, no Império Romano, encontrava-se uma variedade de cânones, que refletia os costumes locais.

A redação dos Evangelhos bíblicos se deu numa etapa mais avançada da história do cristianismo antigo, em que os cristãos requeriam autonomia para sua construção semiótica, e seu intuito era oficializar as tradições populares recebidas e que mais tarde se tornaram o núcleo da fé cristã ocidental.

No século IV quando o cânon foi definido passou-se a utilizar o termo “apócrifos”<sup>5</sup> para definir muitos desses textos que não foram incorporados ao cânon pela Igreja, os motivos são variados, mas, o fato é que a fixação do cânon contribuiu para destacar uma identidade cristã em detrimento de outras tantas que se desenvolveram ao longo dos três primeiros séculos.

---

<sup>4</sup> LABOA, J. M. Concílios e credos, p. 48. In: DUE, A. **Atlas Histórico do Cristianismo**. Petrópolis: Vozes; Santuário, 1999.

<sup>5</sup>“O termo apócrifo, na antiguidade, era atribuído a livros cujo acesso era reservado aos iniciados ou que não se deviam ler em público” (JUNOD, 2004, p. 167).

O período oral das próprias tradições de Jesus foi o bastante para que várias lendas e acréscimos se desenvolvessem na tradição popular sobre sua imagem, que acabou se tornando uma imagem de culto elaborada pela imaginação coletiva.<sup>6</sup>

Como já foi dito, nos primórdios do cristianismo a diversidade era frequente e com tendências variadas. O cristianismo inicial era formado por uma rede complexa de partidos, grupos, seitas ou denominações, além disso, havia as diferenças culturais, sociais, tradições teológicas quanto à importância de Jesus. Tudo isso refletia as diferentes filosofias e sistemas simbólicos, sob os quais, os autores poderiam basear seu pensamento religioso (THEISSEN, 2009).

Ainda que se fale de cristianismo ou de identidade cristã no singular, é preciso reconhecer a pluralidade existente nos primeiros séculos. Primeiramente, é difícil demarcar os limites entre o cristianismo e sua religião materna judaica, por outro lado, a linguagem simbólica da gnose e o radicalismo ético também se apresentam como correntes cristãs. Entretanto, havia muitos outros grupos de cristãos cuja convivência nem sempre era pacífica, gerando tensões, conflitos<sup>7</sup> e principalmente disputas em torno de uma interpretação legítima da mensagem de Jesus Cristo. Theissen (2009, p. 338) divide o cristianismo primitivo antes da formação do cânon em partidos, a saber: judeu-cristianismo, cristianismo sinótico, paulino, joanino e o cristianismo gnóstico.

De fato, é evidente que o imaginário mágico-religioso<sup>8</sup> do cristianismo traz consigo diversos paralelos com outras formas de manifestação do imaginário em geral, principalmente o judaico e o pagão. Principalmente em nível popular, observa-se que diversos elementos pertencentes ao âmbito extra-cristão, ao invés de serem eliminados, são simplesmente transformados, absorvidos e assimilados às formas de culto populares, influenciando até mesmo as formas normativas da vida cristã.

---

<sup>6</sup> Interessante verificar como essa construção do “mito” em torno de Jesus e de sua mensagem como fator importante para a construção da identidade das comunidades que surgiam.

<sup>7</sup> Izidoro (2008) cita a Guerra Judaica (64 d.C.), a morte de Pedro, Paulo, João (43 a.C.), a eliminação de vários grupos sociais e religiosos, a expulsão dos cristãos da sinagoga, a formação das diásporas cristãs helênicas e a consolidação do judaísmo rabínico como parte desse movimento de conflitos e tensões que exerceram importante papel nas relações internas e externas na formação e desenvolvimento do cristianismo.

<sup>8</sup> Lima Junior considera em seu artigo *Circularidade cultural e resistência simbólica no cristianismo primitivo* que o imaginário presente no cristianismo primitivo foi em muito adaptado do imaginário religioso pagão, cuja relação entre deuses e homens era estreita.

Ao longo dos quatro primeiros séculos, surgiram diversas outras correntes no cristianismo (SIMON & BENOIT, 1987) à medida que a Igreja se formava como instituição e organizava sua estrutura, muitas passaram a ser consideradas heresias e combatidas. A organização de assembleias que tratassem dessas questões passou a ser cada vez mais frequente e adquiriu cada vez maior importância, assim os sínodos locais passam a ter características mais amplas e assumindo a nomenclatura de concílio.

Entre o primeiro concílio ecumênico, convocado pelo Imperador Constantino e concentrado em Niceia (325), e o mais recente, no Vaticano entre os anos de 1962 e 1965, ocorreu um grande desenvolvimentoteológico e canônico. Fica evidente, por exemplo, a maior autoridadeadquirida pelo bispo de Roma a partir do século V. O papel do papa adquiriu cada vez maior importância ao longo dos séculos, a começar pela convocação dos concílios. A constituição dogmática *Pastor Aeternus* resultante do Concílio Vaticano I, o papa “goza daquela infalibilidade com a qual o Redentor quis estivesse munida a sua Igreja” (DENZINGER, 2007, p. 659).

## **A FORMAÇÃO DO CRISTIANISMO TARDO-ANTIGO: O CONCÍLIO DE NICEIA**

Querendo que a Igreja conquistasse sua unidade<sup>9</sup>, Constantino promoveu, em 314, o Concílio dos Bispos do Ocidente (conhecido também como Concílio da Gália), em Arelate (atual Arles, na França) para intervir na questão donatista<sup>10</sup> e presidiu, em 325, o Concílio Ecumênico de Niceia, que produziu o Credo na tentativa de restaurar a unidade de católicos e arianos. Como afirma Funari,

(...) o Imperador Constantino concedeu aos cristãos, por meio do chamado Edito de Milão, em 313, liberdade de culto. Em seguida, esse mesmo

---

<sup>9</sup> Ao longo do tempo, a necessidade de legitimação faz com que o cristianismo se organize, a fim de administrar melhor os assuntos eclesiais, nesse ponto o Concílio de Nicéia teve um papel fundamental. Avançando no contexto histórico, surgiria, então, o projeto de Igreja com o propósito de traçar um modelo de comportamento social.

<sup>10</sup> O donatismo foi um movimento doutrinário – surgido no contexto da perseguição promovida por Dioclesiano – que teve em Donato, bispo de Cartago, seu idealizador. Dentre suas principais proposições encontram-se a conservação da pureza da fé e o repúdio aos pecadores, já que muitos cristãos haviam renunciado à sua fé durante a grande perseguição, o que era considerado pelos donatistas uma fé impura. Durante o governo de Constantino, o donatismo se manteve como movimento de protesto atrelado ao tradicionalismo teológico da Igreja norte-africana (Cf. **Donatismo**. In: **Lexicon – Dicionário Teológico Enciclopédico**, 2003).



Imperador procurou tirar vantagem e interveio nas questões internas que dividiam os próprios cristãos e convocou um concílio, uma assembleia da qual participavam os principais padres cristãos. Nos Concílios foram discutidas as diretrizes básicas da doutrina cristã. Depois Constantino cuidou pessoalmente para que as determinações do concílio fossem respeitadas, ou seja, passou a ter um controle muito maior dos cristãos e suas ideias (FUNARI, 2002, p. 131).

Para a realização do Concílio de Niceia, Constantino exigiu a presença dos bispos de todo o Império. Além da produção do Credo, foram discutidos assuntos concernentes à questão da Trindade<sup>11</sup>, da validade do batismo para aqueles que sacrificaram em nome do Imperador, da imortalidade da alma e, principalmente, da questão da obediência conforme relatos de Eusébio de Cesareia.<sup>12</sup> Segundo Veyne, a especificidade não reside apenas no fato de ter sido o Imperador quem convocou o concílio – o que demonstrava a aproximação com o poder – mas também a intervenção nas discussões em torno do exclusivismo da comunidade de Roma como a portadora da verdade única.

Como foi evidenciado, nos primeiros séculos, o cristianismo passou por diversas dificuldades decorrentes da inexistência de uma doutrina e de pressupostos teológicos comuns a todos os grupos cristãos, as diversas interpretações da mensagem cristã colocavam suas lideranças em disputa. Por esse motivo, o reconhecimento da liderança dos bispos pelo Império despertou o interesse imediato de unificar a doutrina e a crença cristã. Deve-se ressaltar que a própria noção de ortodoxia – muitas vezes usada para definir um grupo cristão dominante ainda nos primeiros séculos – deve ser entendida como o credo que foi legitimado pela interferência imperial em Niceia.

A questão da Trindade, que já havia suscitado debates sobre a natureza da divindade cristã nos séculos II e III<sup>13</sup>, foi retomada no século IV. O centro da discussão

---

<sup>11</sup> Deve-se ressaltar que o Concílio já foi convocado com o objetivo de tratar questões doutrinárias que vinham sendo motivo de intensos debates entre as comunidades cristãs, a questão da trindade sobressai nesse sentido nas discussões com os adeptos do arianismo.

<sup>12</sup> EUSÉBIO de Cesareia. **História Eclesiástica**. Rio de Janeiro: CPAD, 1999, p. 391-397.

<sup>13</sup> Uma das primeiras explicações para a natureza da divindade cristã foi o *adocionismo* do grego Theodoto por volta de 190. Defendia a ideia de que a posição de Cristo como filho de Deus sucederia do fato de ele ter sido adotado por Deus. Percebe-se, portanto, que a divindade de Cristo era negada. Por outro lado, o *sabelianismo* propagado por Sabélio a partir de 210, propunha que as três essências da trindade emanavam do Deus pai. Este é que teria encarnado na Virgem Maria, e que ao nascer passou a ser o Filho, sem deixar de ser o Pai, morrendo na cruz e ressuscitando pelos homens. Tertuliano (160-240), por sua vez indicou uma solução teológica para explicar o ponto de vista que viria a se colocar como oficial: embora na divindade existissem três pessoas, elas constituíam uma mesma substância (Cf. SIMON, 1987).



estava na unidade ou na independência das três essências que formam a Santíssima Trindade: o Pai, o Filho e o Espírito Santo. Tertuliano já havia indicado, no século III, uma solução para a questão, ainda assim, o arianismo surgiu como uma forte interpretação antitrinitária.

As ideias de Ário (256-336), sacerdote egípcio, já haviam sido condenadas em um concílio reunido em Alexandria – liderado pelo bispo de Alexandria, Alexandre –, em 322, mas refugiado na Ásia Menor, ampliou o número de seus seguidores. Para o arianismo, Jesus Cristo seria o Verbo que se fez homem, sendo a mais importante criatura gerada por Deus que é uno e eterno.<sup>14</sup> O Verbo, nessa perspectiva, não era apenas superior às outras criaturas, era também anterior a todas, tendo sido criado antes até da criação do mundo, o que não lhe tirava o estatuto de filho adotivo de Deus. O Espírito Santo, por sua vez, seria uma criação do Filho, por isso sua posição seria inferior.

No ano anterior ao Concílio de Niceia, o arianismo ganhava maior importância entre as províncias romanas orientais; Nicomédia, Síria e Palestina destacaram-se nesse sentido. Ao mesmo tempo, Constantino derrotava o último de seus rivais no poder, Licínio. Estava restaurada a unidade do trono imperial. (MACEDO, 2008).

Como a questão da difusão do arianismo nas províncias orientais ganhava cada vez mais força, o bispo Ósio de Córdova sugeriu a realização de um Concílio, que Constantino mesmo decidiu convocar. O Concílio foi realizado de 20 de maio a 25 de agosto de 325, no Palácio do Imperador, em Niceia de Bitínia.<sup>15</sup> Participaram do Concílio pouco mais de 310 bispos, provenientes de diversas províncias do Império, mas em sua maioria orientais. A presidência do Concílio foi delegada a Ósio de Córdova, mas Constantino teve papel determinante, abrindo o Concílio com seu discurso e influenciando diretamente o caminho em que se desenvolveram os debates (MACEDO, 2008).

---

<sup>14</sup> A fundamentação do arianismo estava na passagem de Provérbios 8, 22-23: “Iaweh me criou, primícias de sua obra, de seus feitos mais antigos. Desde a eternidade fui estabelecido, desde o princípio, antes da origem da terra”. Deve-se ressaltar que a Bíblia de Jerusalém traz uma nota explicativa à passagem, nos seguintes termos: “A fórmula “primícias de sua obra”, deve ser relacionada com o título de “Primogênito de toda criatura”, dado a Cristo por São Paulo (Colossenses 1, 15), e com o de “Princípio das obras de Deus” (Apocalipse 3, 14) ”.

<sup>15</sup> “(...) cidade situada na Frigia do Helesponto, hoje chamada Isnik (Turquia) ” (MACEDO, 2008, p. 27).

Não existem muitos documentos referentes ao Concílio e, quando existentes, é difícil atestar sua originalidade, mesmo assim, fica sublinhado o papel de destaque de Atanásio, secretário e diácono do bispo de Alexandria – Alexandre, inimigo declarado de Ário.<sup>16</sup>

A maioria dos cânones e artigos estabelecidos em Niceia refere-se a questões disciplinares do clero. Determinava, entre outras coisas, a primazia de sedes metropolitanas; como deveria ser realizada a eleição e consagração dos bispos; o celibato (proibindo inclusive que os clérigos frequentassem casas de mulheres que não fossem suas parentas diretas); deliberava ainda sobre a prática da usura e a obtenção de lucro pelos clérigos e as condições para que os que abnegaram da fé fossem reconciliados (MACEDO, 2008).

Entretanto, as mais importantes decisões dizem respeito ao objetivo do próprio Concílio: a unidade da fé cristã. Para o calendário cristão, foi definida a data da Páscoa para o primeiro domingo após a lua cheia da Primavera e atribuindo-lhe o sentido de comemoração da ressurreição de Jesus (LE GOFF, 1990). Mas, certamente, no campo doutrinário, a definição do dogma da Santíssima Trindade foi a principal realização em direção ao estabelecimento de uma ortodoxia hegemônica. O chamado “Credo ou Símbolo de Niceia” ou apenas “Credo” é uma profissão de fé na qual fica expressa a decisão tomada no Concílio no que diz respeito a essa questão. O Credo apresenta uma noção de dupla natureza de Jesus, que é Deus e homem ao mesmo tempo, também evidencia a unidade e a indissolubilidade das três essências da Trindade, ambos em termos de igualdade. Ficou estabelecido ainda que qualquer posição em dissonância com a doutrina oficial ratificada pelo Concílio seria considerada heresia.

O texto base do Credo havia sido escrito por Eusébio de Cesareia, mas fora modificado pelos padres conciliares, a fim de evitar ambiguidades diante da controvérsia ariana, eis os termos:

Cremos em um só Deus,  
Pai todo-poderoso,  
criador de todas as coisas visíveis e invisíveis,  
e em um só Senhor Jesus Cristo, Filho único *gerado pelo Pai, isto é, da substância do Pai,*

---

<sup>16</sup> Em 318, após uma discussão, Alexandre convocou um Concílio em Alexandria para condenar Ário e sua doutrina.

Deus nascido de Deus,  
luz nascida da luz,  
*Deus verdadeiro nascido de Deus verdadeiro,*  
*gerado, não criado,*  
*consustancial ao Pai,*  
por quem tudo foi feito no céu e na terra.

Por nós, homens, e por nossa salvação,  
ele desceu, ele se fez carne e se fez homem.  
Sofreu a Paixão,  
ressuscitou ao terceiro dia,  
subiu ao céu,  
de onde voltará para julgar os vivos e os mortos.  
E [cremos] no Espírito Santo.

*Quanto aos que dizem: houve um tempo em que ele não era; ou: ele não era antes de ser gerado; ou então: ele saiu do nada; ou que o Filho de Deus é de uma outra substância ou essência; ou que ele foi criado; ou que não é imutável, mas sujeito à mudança - a Igreja os anatemiza.* (LIÉBAERT, 2000, p. 141)<sup>17</sup>

Atanásio enuncia detalhadamente as expressões definidas no Concílio e que estavam em dissonância com as ideias propostas pelo arianismo: (1) Substância do Pai: afirmando que o Filho não provém do nada, mas sim da substância de Deus. Assim, “Nem todas as coisas são como o Filho; nem o Logos é uma das coisas. Ele é o Senhor e Criador de tudo”.<sup>18</sup> “Dessa forma, o Concílio afirmou que o Filho é da substância do Pai, porque só ele o conhece e vem dele e a fé nele está em outro nível de natureza das coisas criadas” (CORBELLINI, 2007, p. 404-405)(2). Consustancial: definindo o Filho como inseparável do Pai, imutável e sempre existente. “Ao afirmar o consustancial (...), dizia-se que o Filho é outro com as realidades criadas” (CORBELLINI, 2007, p. 405). Apesar de serem expressões de cunho filosófico, já eram utilizadas pela tradição cristã.<sup>19</sup>

Algumas considerações de Atanásio são interessantes para a compreensão de como o Concílio de Niceia foi dirigido a um objetivo pré-determinado. O diácono, ao fazer referência a Eusébio de Cesareia – que, posteriormente, tornou-se biógrafo de Constantino e redigiu também a História Eclesiástica – indica que o bispo recusava a

<sup>17</sup> As partes em itálico são aquelas inseridas pelo Concílio no Credo redigido por Eusébio.

<sup>18</sup> ATANÁSIO. Il credo di Niceia. Roma: CittàNuova, p. 97. Apud CORBELLINI, V. A participação de Atanásio no Concílio de Niceia e a sua defesa do homooúsios. Porto Alegre, **Teocomunicação**, v. 37, n. 157, set. 2007.

<sup>19</sup> Como se encontra nos escritos de Atanásio (CORBELLINI, 2007, p. 108-109), Teognosto (210-270) já havia utilizado a expressão substância e Dionísio de Alexandria (247-264) afirmava que a geração divina de Jesus lhe fornecia o estatuto de consustancial ao Pai (em uma carta escrita ao bispo de Roma, Dionísio).

subscrição do consubstancial e da substância, mas depois não apenas concordou como escreveu aos seus seguidores (que comungavam das ideias arianas) afirmando que aquela era a fé da Igreja transmitida pelos apóstolos.<sup>20</sup> Nesse aspecto, deve-se ressaltar que, “[...] o ‘arianismo’ não era um desvio da tradição cristã e nenhum de seus proponentes pretendeu, inicialmente, constituir uma nova Igreja, seita ou religião. [...] A história do arianismo [...] se confunde com essa busca pelos cristãos do Império Romano de um consenso em sua doutrina sobre Deus” (MAGALHÃES, 2006, p. 88).

A discussão longa e laboriosa<sup>21</sup> depreendida pelos bispos não ficou restrita ao Concílio, a questão ganhou corpo porque o arianismo não só sobreviveu como também influenciou o fortalecimento do eusebianismo<sup>22</sup> – de Eusébio de Nicomédia e de Eusébio de Cesareia, ainda que este último tenha abdicado de suas ideias antitrinitárias, nem todos os seus seguidores o fizeram. Como relata Atanásio, nenhum dos dois grupos aceitava os termos nicenos no que diz respeito à consubstancialidade de Jesus ao Pai e à expressão substância.<sup>23</sup> Por esse motivo, diversas questões e dúvidas sobre as palavras contidas no Credo foram levantadas no período pós-niceno, acentuando a existência de uma ortodoxia e de uma heterodoxia cristãs.

## A MEMÓRIA DA IGREJA NO CONCÍLIO VATICANO II

O Concílio Vaticano II costuma ser caracterizado, sobretudo, por seu caráter pastoral, apesar de não ter se limitado à esse. O Concílio de Vaticano II começou em 1962 sob o papado de João XXIII com o comparecimento de cerca de 2.600 bispos de todo o mundo. O primeiro concílio ecumênico após noventa e dois anos introduziu uma série de mudanças nas normas de culto, mas também teve resultados significativos no

---

<sup>20</sup> Cf. ATANÁSIO. Il credo di Niceia. Roma: CittàNuova, p. 102-113. Apud CORBELLINI, V. A participação de Atanásio no Concílio de Niceia e a sua defesa do homooúsios. Porto Alegre, **Teocomunicação**, v. 37, n. 157, set. 2007.

<sup>21</sup> Cf. KANNENGISSER, C. Nicéia, Concílio de 325. In: DI BERARDINO, A. (org) **Dicionário Patrístico e de Antiguidades Medievais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. 997.

<sup>22</sup> Os eusebianos entendiam que a expressão “de Deus” fosse comum a nós e ao *Logos* de Deus, o que fundamentavam com textos escriturísticos como: “Há um só Deus do qual tudo procede” (1Coríntios 8,6); “as coisas velhas já se passaram, tudo é novo, porque tudo vem de Deus” (2Coríntios 5,17-18).

<sup>23</sup> Cf. ATANÁSIO. Il credo di Niceia. Roma: CittàNuova, p. 54. Apud CORBELLINI, V. A participação de Atanásio no Concílio de Niceia e a sua defesa do homooúsios. Porto Alegre, **Teocomunicação**, v. 37, n. 157, set. 2007.

compromisso com a empreitada ecumênica. Lindberg (2008) afirma que no século XX a discussão em torno da afirmação da singularidade de Cristo foi reavivada, “uma repetição da controvérsia ariana da primitiva Igreja” (LINDBERG, 2008, p. 231), o que suscitou a questão da relação entre os cristianismos entre si e com as demais religiões.

O Concílio Vaticano II, assim como o Concílio de Niceia, participa de uma construção identitária cristã e, na esteira dos acontecimentos contemporâneos abre oficialmente diálogos bilaterais, principalmente com anglicanos, ortodoxos, luteranos e metodistas.

No que tange os aspectos doutrinários, pastorais e ético-sociais o concílio desenvolveu-se no sentido de afirmar:

A renovação da imagem da Igreja como “povo de Deus”, uma comunidade de fé, de sacrifício, de prece e de amor; a renovação da liturgia pela introdução das línguas vernáculas em vez do latim, obrigatório nos cultos; maior participação da congregação, inclusive permitindo aos leigos contato com o cálice na comunhão; o reforço das funções dos bispos e do colégio de bispos, de modo que em comunhão com o papa os bispos trabalhem juntos na direção da Igreja e na apresentação do ofício papal mais como um serviço do que como uma direção (LINDBERG, 2008, p. 224-225).

O concílio também atuou no sentido de enfatizar a essencialidade das Escrituras, especialmente dos Evangelhos. Certamente, essa foi uma questão muito discutida e, com posicionamentos bastante díspares.

Os Padres Conciliares “romanos” insistiam para que o texto confirmasse que a Escritura e a Tradição são duas fontes de igual importância da Revelação divina, e que pode haver verdades contidas na Tradição que não se encontram na Escritura. (...) Contudo, os progressistas pouco ou nada concederam nesse sentido, pois o seu *leitmotiv* era sempre o de não prejudicar o ecumenismo (MATTEI, 2013, p. 342).

Interessante notar, também, a significativa mudança na linguagem dos documentos conciliares que, desde o concílio de Niceia, utilizava uma formabipartida. Era feita a confissão de fé e, logo após, indicados os anátemas e as outras regras canônicas. Esse modo estava relacionado a uma identidade cristã que buscou se afirmar na unidade e, portanto, se protegia através de delimitações jurídicas. O Concílio Vaticano II, por outro lado, deixa de lado os anátemas, não diminui a autoridade doutrinária, mas busca se exprimir através do magistério pastoral. O discurso de abertura de João XXIII já indicava essa reorientação:

Uma é a substância da antiga doutrina *depositum fidei* e outra é a formulação que a reveste; e é disto que se deve – compaciência, se

necessário – ter em grande conta, medindo tudo nas formas e proporções do magistério de caráter prevalentemente pastoral.<sup>24</sup>

Talvez, por isso, a linguagem do Vaticano II com seu estilo evocativo, narrativo, deliberativo e doxológico tenha muito em comum com a linguagem da Igreja tardo-antiga, a tradição antiga readquire maior significância do que a habitual tradição escolástica e canônica.

---

<sup>24</sup> JOÃO XXIII, “O programático discurso de abertura”. In: KLOPPENBURG, B. **Concilio Vaticano II: primeira sessão** (set-dez. 1962), vol. II. Petrópolis: Vozes, 1962.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ATANÁSIO. Il credo di Niceia. Roma: CittàNuova. Apud CORBELLINI, V. A participação de Atanásio no Concílio de Niceia e a sua defesa do homooúsios. Porto Alegre, **Teocomunicação**, v. 37, n. 157, set. 2007. (Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/teo/article/view/2720/2068>)

**BÍBLIA de Jerusalém.** São Paulo: Paulus, 2002.

DENZINGER, H. **Compêndio dos símbolos, definições e declarações de fé e moral.** São Paulo: Paulinas; Edições Loyola, 2007.

**Donatismo.** In: **Lexicon – Dicionário Teológico Enciclopédico.** São Paulo: Ed. Loyola, 2003.

EUSÉBIO de Cesareia. **História Eclesiástica.** Rio de Janeiro: CPAD, 1999, p. 391-397.

FRIGHETTO, R. *A 'longa' Antiguidade Tardia: problemas e possibilidades de um conceito historiográfico.* In: Pré-atas VII Semana de Estudos Medievais. Brasília: Programa de Estudos Medievais da Universidade de Brasília, 2009.

FUNARI, P. P. A. **Grécia e Roma: vida pública e vida privada.** Cultura, pensamento e mitologia, amor e sexualidade. São Paulo: Contexto, 2002, p. 131.

GOPEGUI, J. A. R. **O Concílio Vaticano II: quarenta anos depois.** *Perspectiva Teológica* 37 (2005) 11-30.

HARTOG, F. & REVEL, J. **Les usages politiques du passé.** Paris: Editions de L'École des Hautes Etudes en Sciences Sociales, 2001.

HOBBSAWM, E. **A invenção das tradições.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

IZIDORO, José Luiz. Interação, conflitos e desafios na identidade do cristianismo primitivo. **Revista Brasileira de História das Religiões**, ano I, n. 1, p. 64-75, 2008. (Disponível em: <http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pdf/07%20Jose%20Luiz%20Izidoro.pdf>)

JEDIN, H. **Concílhos Ecumênicos: história e doutrina.** São Paulo: Editora Herder, 1961.



JUNOD, E. *Apócrifos*. In: LACOSTE, J.-Y. (ed) **Dicionário crítico de teologia**. São Paulo: Paulinas; Loyola, 2004, p.167.

KANNENGIESSER, C. Nicéia, Concílio de 325. In: DI BERARDINO, A. (org) **Dicionário Patrístico e de Antiguidades Medievais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. 997.

KLOPPENBURG, B. **Concilio Vaticano II: documentário pré-conciliar**, vol. I. Petrópolis: Vozes, 1962.

KLOPPENBURG, B. **Concilio Vaticano II: primeira sessão** (set-dez. 1962), vol. II. Petrópolis: Vozes, 1962.

KLOPPENBURG, B. **Concilio Vaticano II: segunda sessão** (set-dez. 1963), vol. III. Petrópolis: Vozes, 1963.

KLOPPENBURG, B. **Concilio Vaticano II: terceira sessão** (set-dez. 1964), vol. IV. Petrópolis: Vozes, 1963.

KLOPPENBURG, B. **Concilio Vaticano II: quarta sessão** (set-dez. 1965), vol. V. Petrópolis: Vozes, 1965.

KOSELLECK, R. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.

LABOA, J. M. Concílios e credos, p. 48. In: DUE, A. **Atlas Histórico do Cristianismo**. Petrópolis: Vozes; Santuário, 1999.

LE GOFF, J. **História e Memória**. Campinas: Ed. UNICAMP, 1990.

LIÉBAERT, J. **Os Padres da Igreja**. São Paulo: Loyola, 2000.

LIMA JR., F. C. V. Circularidade cultural e resistência simbólica no cristianismo primitivo. *Revista Espaço Acadêmico*, n. 102, p. 124-133, nov. 2009.

LINDBERG, C. **Uma breve história do cristianismo**. São Paulo: Loyola, 2008.

MACEDO, J. R. Concílios Ecumênicos Medievais. In: MAGNOLI, D. (org) **História da Paz**. São Paulo: Contexto, 2008.

MAGALHÃES, J. C. Arianistas. In: FUNARI, P. P. A. (org.) **As Religiões que o Mundo esqueceu**. São Paulo: Contexto, 2006, p.88.

MATA, Sergio da; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria; MOLLO, Helena Miranda; VARELLA, Flavia (orgs.). **Tempo Presente e usos do passado**. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

MATTEI, R. **O Concílio Vaticano II: Uma história nunca escrita**. São Paulo: Ambientes e Costumes Editora, 2013.

SIMON, M. & BENOIT, A. **Judaísmo e cristianismo antigo: de Antíoco Epifânio a Constantino**. São Paulo: Pioneira; Editora USP, 1987.

THEISSEN, G. **A religião dos primeiros cristãos**. São Paulo: Paulinas, 2009.

WESTHELLE, V. **Igreja e Tradição: opções e obstruções ecumênicas**. Estudos Teológicos, v. 45, n. 2, p. 81-89, 2005. (Disponível em: [http://www3.est.edu.br/publicacoes/estudos\\_teologicos/vol4502\\_2005/et2005-2f\\_vwesthelle.pdf](http://www3.est.edu.br/publicacoes/estudos_teologicos/vol4502_2005/et2005-2f_vwesthelle.pdf))